

Pobreza, Meio Ambiente e Ética: considerações ao desenvolvimento socioambiental desde o enfoque das capacidades

José Luís Sepúlveda Ferriz¹

Resumo: Pretendemos nesta pesquisa gerar uma reflexão ética sobre os comportamentos e práticas dos diferentes atores principais e grupos de interesse, envolvidos na gestão econômica, social e ambiental do desenvolvimento, já que desde a perspectiva de Amartya Sen, a racionalidade econômica proposta pelo modelo econômico do “bem-estar”, gera pobreza humana e ambiental. Trata-se, portanto, de diagnosticar uma nova concepção de “racionalidade do desenvolvimento” que contemple novas formas de *ser, estar, conhecer*, que nos façam vislumbrar novas formas de produzir, consumir e conviver. Um novo enfoque que emerge perante o fenômeno de uma transformação global que modifique o conjunto de relações entre a sociedade e o meio ambiente com um maior sentido de sustentabilidade (princípio de precaução) a longo prazo e de responsabilidade das atuais gerações com as gerações futuras. A metodologia para esta pesquisa será de caráter analítico qualitativa através de revisão de literatura. Espera-se com este estudo refletir sobre o desenvolvimento sócio sustentável, desde conceitos como pobreza, meio ambiente e sua relação para a construção de uma ética para a Responsabilidade.

Palavras-chave: Pobreza. Meio Ambiente. Ética. Liberdade. Responsabilidade.

INTRODUÇÃO

O motivo que nos levou a refletir sobre esta temática, foi a necessidade de encontrar os fundamentos para uma categorização de racionalidade, que sirva como resposta ao ecologicamente racional e ao moralmente justo, sem perder de vista as liberdades individuais, ou seja, ter a liberdade e a justiça como horizontes de sustentabilidade socioambiental. Uma questão ainda sem respostas definitivas, mas que constitui, na nossa contemporaneidade, o motor para a reflexão sobre uma ética socioambiental. Para isso o autor que de forma basilar nos acompanhará ao longo da pesquisa será o economista e filósofo indiano, prêmio Nobel de Economia em 1998, Amartya Kumar Sen.

Poderíamos começar nos perguntando: Qual seriam o sentido, o alcance e os limites da proposta de Sen, e quais seriam as implicações nos âmbitos social, ambiental, ético e político? Pelo que se pode perceber o enfoque que pretende Amartya Sen é o de criar um marco conceitual que reexamine conceitos tão atuais como o de bem-estar, liberdade, justiça, e reconsiderar os alcances para o indivíduo e para a sociedade contemporânea. Redimensionar uma sociedade livre e igualitária já que o significativo neste enfoque não são os direitos que tem uma pessoa, seus bens, seus recursos, suas necessidades básicas, e sim, o que consegue realizar com o que tem; ou seja, aquilo que logra fazer ou ser realmente. Não pretendo fazer uma análise descritiva de todas as obras de Amartya Sen sobre o desenvolvimento e/ou a

¹ Doutor em Filosofia. Universidade Católica do Salvador-BA. Coordenador do Programa em Família na Sociedade Contemporânea: jose.ferriz@pro.ucs.br

pobreza. Mas bem, trazer algumas reflexões que o próprio Sen faz sobre estes conceitos, ver a conexão entre eles com o desenvolvimento socioambiental, já que pobreza e degradação ambiental, são consequências da falta de oportunidades e capacidades dos indivíduos, e são um freio para uma efetiva prática do desenvolvimento socioambiental integral. Como o nosso autor defende: um país é mais e melhor desenvolvido quanto mais promove a expansão do horizonte de liberdades de seus cidadãos.

A este tipo de racionalidade econômica a denominamos de “racionalidade hermenêutica ou compreensiva”, ela está ligada a uma ética da responsabilidade no âmbito econômico, porque a partir da vida real histórica dos indivíduos se descobre o valor intrínseco e normativo da liberdade e da justiça nas mediações da vida econômica. Para isso a perspectiva da “capacidade”, que é uma concepção da igualdade de oportunidades que destaca a liberdade substantiva que as pessoas têm para levar suas vidas, é uma porta que se abre para a contribuição do debate e não como alternativa para a solução de problemas. O enfoque focaliza o que as pessoas podem fazer ou realizar, a liberdade para buscar seus objetivos. As oportunidades reais ou substantivas que uma pessoa dispõe para realizar, entre outras coisas, objetivos ligados ao bem-estar, são representadas pelas suas capacidades e o conjunto de funcionamentos ou realizações que os indivíduos conseguem realizar vivendo de formas específicas. Segundo Amartya Sen:

(...) com maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso (SEN, 2000, p. 124)

Ao final de contas temo-nos que fazer estas perguntas: Qual é o valor da vida humana e o valor do meio ambiente? Penso que é fundamental que o meio ambiente faça parte destes questionamentos, porque a vida humana está intimamente unida à vida não humana, à Biosfera, à Vida (JONAS, 2004), com toda sua envergadura e pluralidade. Desenvolvimento e sustentabilidade fazem parte de nossa forma de compreender o mundo e da nossa convivência com ele.

Neste sentido, a viabilidade do desenvolvimento socioambiental tem-se convertido num dos maiores retos teóricos, éticos, políticos e ambientais da nossa contemporaneidade. Daí tem surgido o imperativo de “ecologizar” a economia², a tecnologia e a moral. Essa é minha intenção ao longo deste trabalho! Trazer para uma mesma mesa de discussão, desde uma base ético filosófica, temas tão importantes para a economia e para a ecologia, como são o desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental, a partir da categoria de liberdade como capacidade. Em uma época de grandes transições, como as que agora se estão vivenciando, demográficas, ambientais, tecnológicas, econômicas, políticas, sanitárias, éticas, etc.,

2 Sobre esta temática ler, LEFF, E. *Ecologia, Capital e Cultura. A territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis, Vozes, 2009.

precisamos de novas visões para ver o que está diante de nós e para contextualizar o desenvolvimento integral humano (sistema econômico, sociocultural, político-institucional, educativo, ético) junto com todas as formas de vida, evitando enfoques reducionistas, renovando os princípios éticos e nossa escala de valores com relação ao meio ambiente. Como também continuar aprofundando na essência das relações estruturais e dialéticas entre as diferentes esferas, o da economia (*econosfera*), a sociedade (*socioesfera*) e da vida (*biosfera*), dentro de um sistema único, que alguns autores, como Norbert Bilbeny (2010, p. 41), chamam de *eto-esfera*. Isto seria um grande passo na construção de um modelo de desenvolvimento, que contemple a sustentabilidade como uma categoria relacional, com a economia e com a ecologia, a caminho de um projeto de sociedade mais livre, justa e sustentável.

Será fundamental analisar a categoria de pobreza, desde uma perspectiva multidimensional, dentro do conceito de desenvolvimento. Elementos econômicos e não econômicos fazem parte da abordagem seniana. Como também constatar a desproporcionalidade ambiental, social e política dos diferentes grupos sociais, e como são afetados nas suas relações, entre eles e com o meio ambiente, por esta desproporção injusta e antiética. Integrar a dimensão ética no debate atual sobre desenvolvimento significa ressignificar a reflexão ética tanto na concepção da ideia de desenvolvimento, nas suas formas de ser pensado, quanto nas diferentes formas de ser reorientado nas práticas de seus atores. Penso que essa foi também a intenção de Amartya Sen, ao valorizar o desenvolvimento a partir de situações concretas de injustiça.

1 A POBREZA COMO FALTA DE LIBERDADE

A perspectiva seniana das capacidades propõe com seu enfoque que não é somente a falta de condições econômicas ou de meios, como os ingressos, as mercadorias ou a satisfação das necessidades básicas, o que gera pobreza. Sen entende a pobreza como falta de liberdade para levar adiante os planos de vida que uma pessoa tem razões para valorizar.

Esta dimensão da liberdade é o que Amartya Sen denomina de “*liberdade de agência*” que será uma categoria fundamental no pensamento seniano. Ao final de contas: que tem a ver a agência com a pobreza? Tudo! Porque ser agente é aquele que realiza ou leva a término as ações, porém, paciente é aquele que as sofre. Em termos de erradicação da pobreza se exige *empoderar* as pessoas para que sejam sujeitos de suas próprias vidas. A oportunidade de poder ter a vida que possam desejar razoavelmente é o que deveria de estar ao alcance das pessoas. Junto com a agência, outra dimensão que resulta importante será a de *desenvolvimento* na hora de avaliar o progresso dos povos. Amartya Sen junto com o paquistanês Mahbub ul Haq, quando trabalhavam para o Banco Mundial em 1990, veem discutindo um conceito de desenvolvimento humanista. Desenvolvimento para Amartya Sen tem a ver com as capacidades básicas dos seres humanos. São o conjunto de vetores e funcionamentos que refletem a liberdade substantiva dos indivíduos para levar uma vida ou outra, o que realmente essas pessoas podem fazer ou ser; enquanto os funcionamentos são as coisas que uma pessoa pode valorizar fazer ou ser.

Empoderamento tem a ver com poder. Que tipo de poder? Não é simplesmente, um *poder sobre* os recursos financeiros, físicos, humanos, ou de ideias, crenças, valores, atitudes. É muito mais do que isso: é *“poder para”* fazer uma coisa, um poder que gere possibilidades e ações. É um *“poder com”* quando se tem o sentido de que o todo é maior que as partes, especialmente quando um grupo enfrenta problemas de forma conjunta. Como também pode significar *“poder desde dentro”*, ou seja, a força espiritual que reside dentro de cada um de nós e que será a base de aceitação e respeito dos outros como iguais.

Por tanto o empoderamento dos mais pobres e as comunidades viria a acontecer pela conquista plena de seus direitos e da cidadania. Ou seja, da capacidade de um ator, individual ou coletivo usar seus recursos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais para agir com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos (ROMANO; ANTUNES, 2002, p. 2).

No combate à pobreza, o enfoque do empoderamento implica o desenvolvimento das capacidades das pessoas mais pobres e excluídas e de suas organizações. Trata-se de transformar as relações de poder que limitam o acesso com o Estado, com o mercado de trabalho e com a sociedade civil. Assim, através do empoderamento das pessoas, se podem superar as principais fontes de privação de liberdades, se podem construir e escolher novas opções que possam implementar suas escolhas e beneficiar-se com isso.

A exclusão social é outro indicador que pode ser somado ao de pobreza. A exclusão social tem sido definida como o processo através do qual indivíduos ou grupos são parcial ou completamente afastados de uma participação plena na sociedade em que vivem. Isto supõe levar em conta a multidimensionalidade do fenômeno (entendida como ser excluído de diferentes coisas ao mesmo tempo), ainda mais importante, supõe centrar o olhar nas relações e processos que causam a privação. Os pobres não “saqueiam” a terra devido a sua insensibilidade com o desperdício de recursos, mas pela falta de uma distribuição equitativa da riqueza social disponível e da forma desumana em que os ricos e mais abastados defendem seu controle. A disparidade entre os sistemas sociais e produtivos prevalentes em toda América do Sul, está nos dirigindo para o desastre. Com o desemprego e a discriminação contra os produtores rurais de pequenas propriedades, a degradação ambiental está procedendo aceleradamente.

2 POBREZA E MEIO AMBIENTE

O meio ambiente tem sofrido grandes transformações nos últimos séculos; com o avanço tecnológico e os diferentes sistemas de produção industrial, estas mudanças têm sido catastróficas em grande parte do mundo, gerando autênticas crises ambientais: deflorestação, desertificação, câmbio climático, contaminação das águas e solos, insegurança alimentar, produção em massa de resíduos sólidos, aumento no consumo de combustíveis fósseis havendo

uma regressão ao carvão, um agravamento da pressão demográfica, provocando um autêntico colapso da biodiversidade terrestre e do meio aquático, são alguns dos graves problemas que as transformações tecnológicas têm trazido para o desenvolvimento socioambiental³.

O desenvolvimento, inclusive desde o enfoque das capacidades, não poderá se concretizar se as pessoas não gozam de um ambiente sadio⁴ donde aplicar essas capacidades, não haverá saúde física, ainda menos emocional, em um entorno perturbado e caótico; e com isso a vida digna das pessoas desta geração e a das futuras gerações nunca se concretizará. Discutir pobreza e meio ambiente tem como telão de fundo o desenvolvimento. Todo conceito de pobreza se baseia de modo explícito ou implícito em uma certa concepção de desenvolvimento. Refletir, portanto, sobre pobreza e meio ambiente consiste em enfrentar a problemática do desenvolvimento, a partir da sua manifestação mais dramática: o subdesenvolvimento. Venho afirmando que a pobreza, antes que carência de ingressos, é falta de liberdade. Porém, este tipo de restrições à liberdade das pessoas se podem manifestar como contrárias ao meio ambiente ou ao seu favor. Não há determinismos na relação. Estudos feitos nos anos 90 do século XX⁵, demonstram como os pobres são capazes de adaptar-se e responder a mudanças em seu entorno, protegendo sua base de recursos naturais. Especialmente se temos em conta populações chamadas de tradicionais com orientação para a agricultura familiar com práticas agroecológicas. A desconfiança no sistema econômico como puro crescimento do capital, como desenvolvimento mercantilista, como instrumentalização do lucro e do consumo exacerbado, se transformou por tanto, em uma crítica destes autores a todo um sistema que exclui, que não leva em conta a inclusão social, os direitos humanos, provoca pobreza e corrupção política, em definitiva, gera privações sociais sistêmicas que escravizam os indivíduos, especificamente os mais pobres, e não trazem qualidade de vida, nem protagonismo social, nem empoderamento, nem proteção ao meio ambiente, etc.

O destino dos pobres não é ser espectadores passivos de seu próprio destino. Se fosse assim, a tarefa das ciências para a compreensão da pobreza e seus nexos com o meio ambiente, se reduziria a uma espécie de classificação de desastres anunciados. Precisamente, por não ser assim, porque os determinantes da pobreza são múltiplos e porque, em essa medida, cada comunidade pobre atua de um modo particular para enfrentar sua pobreza, incluindo formas específicas de interação com seu meio ambiente, é que as ciências, especificamente as humanas e as sociais, têm um papel privilegiado para a compreensão dos processos que estão na base dessas interações e intercâmbios. Estas estratégias nos orientam a nos fazer

3 Para mais informações sobre esta temática, consultar o cap. II da obra de MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas, SP, UNICAMP, 2015.

4 Isto fica reforçado ainda mais, através do art. 225 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, quando diz: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988).

5 Vozes alternativas ao modelo ocidentalizado, se escutam desde faz algumas décadas, como as dos economistas Serge Latouche (França), Eduardo Gudynas (Uruguai), José Eli Veiga; Walter Porto-Gonçalves (Brasil), Enrique Leff (México), Augusto Ángel (Colômbia), Georgescu-Roegen (Romênia/EEUU), Max Neef (Chile), Martínez Alier (Espanha), entre outros.

várias perguntas: É possível ou desejável uma nova era de crescimento dentro de este modelo dadas as limitações ambientais? Existe evidência demonstrada de que os novos níveis de crescimento proporcionam maior equidade econômica (e por conseguinte também política e social), entre os diversos grupos de nações, regiões, comunidades e indivíduos? A resposta é, não. Uma estratégia de livre mercado não pode criar pontes sobre o abismo que existe entre pobres e ricos. São antagônicas.

Pelo contrário, se propõe um enfoque que reconheça que os recursos naturais são limitados, um enfoque que tenha como prioridade o desenvolvimento rural, centrado nos problemas da pobreza e da sustentabilidade socioambiental, orientada para com aqueles mais excluídos da sociedade. Tanto o crescente número de pobres quanto os problemas ambientais em aumento requer soluções que sejam menos dependentes dos azares do mercado; que incorpore a uma grande parte da população, trabalhadores urbanos e rurais na inserção na estrutura social da produção e do crescimento econômico, e que em consequência, se incorpore todo este coletivo em um sistema no qual possam sobreviver sem uma integração completa ao mercado global.

As investigações mostram que quando se dá oportunidades e acesso aos recursos, os pobres, muito mais que outros grupos sociais, estão propensos a empreender ações diretas para proteger e melhorar o ambiente. Desde esta perspectiva, um modelo de desenvolvimento alternativo precisa de novas formas de participação direta das comunidades camponesas, rurais e indígenas em um programa de criação de empregos nas áreas rurais que incrementem os ingressos e melhorem os níveis de vida. O fato de recomendar políticas que incentivem e fortaleçam os produtores rurais na sua luta por ser novamente uma força social e produtiva viável, se propõe contribuir e promover estratégias já existentes nas próprias comunidades e nos setores pobres que sugerem modelos alternativos de desenvolvimento socioambiental como: a economia social e solidária, entendida como participação popular, segurança alimentar e regeneração ambiental, como também o modelo da agricultura familiar agroecológica.

Existe uma literatura em América do Sul dedicada ao desenvolvimento de capacidades como motor do desenvolvimento humano. “O desenvolvimento de capacidades se baseia no princípio de que as pessoas estão em melhores condições para conseguir seu pleno potencial quando os meios do desenvolvimento são sustentáveis: cultivados no lar, a longo prazo, gerados e organizados coletivamente pelos seus beneficiários” (PNUD, 2009, p. 3). Mas então que significa exatamente desenvolvimento de capacidades? “O processo mediante o qual as pessoas, organizações e sociedades obtêm, fortalecem e mantêm as atitudes necessárias para estabelecer e alcançar seus próprios objetivos de desenvolvimento ao longo do tempo” (PNUD, 2009, p. 4). Em outras palavras, se o desenvolvimento de capacidades é o caminho para alcançar o desenvolvimento pleno da pessoa, as capacidades são o meio para planejar e realizar o desejado desenvolvimento.

Para isso investimentos em áreas como a de criação de políticas de envolvimento dos atores sociais no protagonismo de seu próprio desenvolvimento, incentivar as soluções locais através de convênios institucionais, lideranças, conhecimento e avaliações constantes, gerando desta forma mais e melhor bem-estar das pessoas. Tudo isto não será possível sem um sério investimento em uma boa política de educação, políticas públicas que gerem emprego em áreas de maior vulnerabilidade especialmente para os jovens, políticas de transferência de combate à pobreza e ao pauperismo, melhorar a eficácia e equidade do sistema tributário, fortalecimento da ação sindical e o apoio para a pequena empresa através de microcrédito, entre outras iniciativas. Um desenvolvimento de capacidades, gerado e sustentado localmente, é essencial para o êxito de qualquer empresa comprometida com o desenvolvimento. Sem essa tal capacidade, a integridade dos resultados do desenvolvimento pode ver-se comprometida, como também os avanços podem resultar ilusórios, isolados e vulneráveis perante as dificuldades cada vez maiores e complexas que a nossa sociedade enfrenta.

Existe a teoria convencional (teoria neoliberal) de que o desenvolvimento busca soluções para a pobreza nas transformações estruturais produzidos pelo mercado. Os especialistas em mercado internacional e seus aliados entre os ambientalistas, se unem em um esforço por arrancar aos pobres e aos povos indígenas de suas regiões; justificam-se com argumentos que mesclam a busca da eficiência econômica com a acusação de que estes grupos propagam a destruição da natureza. Estas estratégias nos orientam a nos fazer várias perguntas: É possível ou desejável uma nova era de crescimento dentro de este modelo dadas as limitações ambientais? Existe evidência demonstrada de que os novos níveis de crescimento proporcionam maior equidade econômica (e por conseguinte também política e social), entre os diversos grupos de nações, regiões, comunidades e indivíduos? A resposta é, não. Uma estratégia de livre mercado não pode criar pontes sobre o abismo que existe entre pobres e ricos. São antagônicas.

Pelo contrário, se propõe um enfoque que reconheça que os recursos naturais são limitados, um enfoque que tenha como prioridade o desenvolvimento rural, centrado nos problemas da pobreza e da sustentabilidade socioambiental, orientada para com aqueles mais excluídos da sociedade. Tanto o crescente número de pobres quanto os problemas ambientais em aumento requer soluções que sejam menos dependentes dos azares do mercado; que incorpore a uma grande parte da população, trabalhadores urbanos e rurais na inserção na estrutura social da produção e do crescimento econômico, e que em consequência, se incorpore todo este coletivo em um sistema no qual possam sobreviver sem uma integração completa ao mercado global.

3 ALGUMAS ESTRATÉGIAS PARA UM DESENVOLVIMENTO SÓCIO SUSTENTÁVEL

As recentes crises financeiras e de alimentos, as mudanças climáticas⁶, a pobreza contínua e o aumento das desigualdades têm levado a um questionamento profundo sobre as estratégias de crescimento e de desenvolvimento convencional. Existe um reconhecimento cada vez maior de que tal e como estão as coisas não se pode afrontar os desafios do desenvolvimento contemporâneo.

Existe a necessidade de incorporar ainda mais o desenvolvimento sustentável a todos os níveis, integrando seus aspectos econômicos, sociais e ambientais e reconhecendo os vínculos que existem entre eles. Na medida que os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) seguem seu curso em paralelo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como parte da agenda do desenvolvimento internacional para 2030, nos encontramos perante um momento oportuno para levar em conta formas de atividade econômica que alcancem um equilíbrio entre objetivos econômicos, sociais e ambientais. Por outra parte, em um momento em que os governos estão em busca de formas de se adaptar a política de modo que possam responder aos complexos desafios do desenvolvimento, podemos aprender lições importantes do campo em expansão da *Economia Social e Solidária (ESS)*. Isto inclui as experiências de milhões de produtores, trabalhadores, cidadãos e comunidades de todo o mundo que tratam de aumentar a segurança de seus meios de subsistência, de exercer seus direitos e de transformar os modelos de produção e consumo, mediante várias formas de cooperação, solidariedade e auto-organização democrática.

A ESS dá ênfase também ao papel da ética na atividade econômica. Muitos governos começam a reconhecer a necessidade de democratizar os sistemas econômicos e de governança, reconhecendo assim os papéis não só dos atores públicos e privados, como também das organizações e instituições comunitárias e coletivas como das alianças intersetoriais. A ESS se caracteriza pela presença de organizações, empresas e redes de natureza diversa, mas que compartilham características comuns em termos de objetivos de desenvolvimento, formas organizativas e valores. Estas características aspiram a um modelo de desenvolvimento que está em contraste com os enfoques de maximização de benefícios e por corporações que têm prevalecido durante as últimas décadas. A ESS trata de mobilizar e redistribuir os recursos e os excedentes de modo proativo com formas inclusivas que possam satisfazer as necessidades essenciais das pessoas.

Ainda mais, a ESS promove a proteção meio ambiental e o empoderamento econômico e político das pessoas desfavorecidas e de outras pessoas implicadas na justiça social e meio ambiental. Se bem a rentabilidade é uma característica de muitas empresas da ESS, em qualquer caso, tem a tendência de voltar a investir os benefícios localmente e com fins sociais. É um enfoque econômico que favorece a descentralização e o desenvolvimento local e está

6 Cf. Protocolo de Quioto sobre a Mudança do Clima, proposto em dezembro de 1997, foi aprovado pelo Decreto Legislativo 144, de 20/06/2002 e ratificado pelo Brasil em 23/08/2002. Está em vigor desde 2004. Disponível em: <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf>

dirigido por valores éticos como solidariedade, comércio justo, a simplicidade voluntária, direitos humanos, responsabilidade e o bem viver.

Se pode afirmar que tem certo objetivo holístico no sentido de que organizações e redes da ESS perseguem, ao mesmo tempo, uma combinação de propostas econômicas, sociais, ambientais e emancipadoras. Como: - A esfera econômica da ESS proporciona oportunidades de criação de emprego, acesso aos mercados, modelos de intermediação financeira e economias de escala; - A esfera social oferece uma melhor proteção já que se constitui a partir de princípios de mutualismo, solidariedade e reciprocidade, e defende a proteção social integral; - A esfera meio ambiental promove a justiça médio ambiental e aspira a garantir que a atividade econômica melhora o capital natural em vez de diminuí-lo.

O empoderamento não se refere unicamente à dimensão econômica, como também a aspectos políticos, sociais e ambientais. A ESS oferece voz e representação mediante a auto organização, a governança participativa e a ação coletiva em múltiplos níveis. Este enfoque multifacético distingue à ESS de outras formas de organização e de empresas sociais associadas aos setores público, privado e de economia informal. O terreno da ESS inclui fundamentalmente diversas formas de cooperativas, associações, mútuas sanitárias e de seguros, certos tipos de fundações e ONG's de serviços, grupos de financiamento solidário ou de microcrédito, grupos de autoajuda, organizações comunitárias e novas formas de empresas sociais que produzem bens e oferecem serviços que respondem às necessidades não cobertas, movimentando recursos inutilizados, envolvendo-se no fornecimento coletivo e gerindo recursos de uso comum. Isto inclui também organizações de comércio justo e associações de trabalhadores da economia informal. Recentemente, o modelo tem se expandido até incluir empresas e forma de intercambio possíveis, graças a novos recursos e tecnologias digitais, como o uso compartilhado de carros (*carpooling*), o financiamento coletivo (*crowdfunding*), entre outras possibilidades.

A ESS proporciona soluções inovadoras aos desafios econômicos, sociais e ambientais. É mais, introduze na economia em geral, valores como solidariedade, equidade e governança democrática, que podem ter um impacto transformador, e não somente em tempos de crise. A ESS tem como objetivo se converter em agente pleno do crescimento inclusivo e justo, fomentando ademais a coesão social, a partir de estratégias como: *Participação popular*; *Segurança alimentar*; *Regeneração ambiental através do desenvolvimento autônomo*.

O enfoque sugerido pela busca de sustentabilidade e participação popular tem a finalidade de criar mecanismos para que as comunidades campesinas, tradicionais e indígenas encontrem apoio para continuar a cultivar nas suas próprias regiões. Para isso, desde a realidade rural de América do Sul se propõe a formalização de uma economia autônoma. Reconhecendo a permanência de uma sociedade drasticamente estratificada, o país estará em melhor posição para desenhar políticas que reconheçam e tomem vantagem sobre estas diferenças a fim de melhorar o bem-estar dos grupos dos diferentes setores. O mais importante

é que esta estratégia oferece oportunidades para que a sociedade confronte ativamente as mudanças do manejo do ambiente e a conservação de este de forma significativa.

CONCLUSÃO

A modo de conclusão, a economia e a ecologia devem ter o mesmo fim: o bom funcionamento da casa comum e de todo o faz parte dela e a habita. É certo que a exigência dos tempos leva aos seres humanos a realizar cada vez mais ações de risco e com isso deveriam estar acompanhadas de outras que procurem prevenir as consequências danosas que atentem contra a integridade do ambiente. As considerações técnicas, as propostas ecológicas, as reflexões filosóficas, sobre a relação humano-natureza devem cair em terra fértil e isso só é possível quando cair em terra da *justiça*⁷. O primeiro a colocar na mira é que os recursos naturais, sejam poucos ou muitos, estejam à disposição de todos os cidadãos equitativamente. Enquanto existam enormes desigualdades, a iniquidade que assola os povos do Sul, será inútil qualquer pretensão de considerar a natureza como um convidado para o convite. Não se pode exigir àquele que passa fome, sofre frio, padece necessidades de todo tipo que considere as necessidades do outro (em este caso da natureza) antes que as próprias, que pense em seu futuro quando não o tem, que pense no bem-estar futuro de seus filhos quando estes estão morrendo no presente, e sobretudo quando isso é pedido por aqueles que malgastam os bens e se lhe propõe um modelo de cultura individualista de “salve-se quem puder”.

O exercício da ética, como afirmava Aristóteles é a prática da justiça, exige o desenvolvimento de políticas justas. Não existem condutas éticas que não impliquem responsabilidades políticas porque os humanos vivem em sociedade. Não podemos esquecer que compartilhamos um destino comum, ou seja, que somos solidários respeito de tudo o que possa nos suceder em um futuro não tão longínquo. Penso que só isso deveria nos forçar cada vez mais para a reflexão crítica, para solidariedade entendida como compartilhamento da vida e das experiências. Nada do que fazemos termina em nós mesmo, mas tem consequências sobre/com os outros, e entre esses outros devemos contar também com o mundo “natural”. A ética da Alteridade, que leva em consideração o Outro, deve ser ampliada cada vez mais, para incluir a natureza.

A responsabilidade tanto ética quanto política nos obriga a recordar que os efeitos de nossas ações incidem em tudo e em todos ao nosso redor e em um futuro mais ou menos amplo. Na situação da nossa contemporaneidade, a ameaça que pesa sobre o futuro total, converte a mera reação de proteção física em uma tarefa transcendente, porque o que está em nossas mãos é o destino da humanidade e do planeta.

7 Sobre esta questão da justiça e o meio ambiente, me interessa mais a reflexão como campo prático de deliberação e discussão em sociedades democráticas. Mas deve ser contemplado também desde a base do Direito Ambiental e a legislação vigente sobre o Meio Ambiente. Não vou me deter sobre esse campo, até porque seria assunto para outra investigação, pela extensão e pela seriedade da temática. Assuntos como desenvolvimento, democracia e meio ambiente e sua relação, precisam serem trabalhados desde a perspectiva das políticas ambientais, a justiça ambiental e ecológica e a ética socioambiental.

Por isso atitudes que nos movam às ações para um desenvolvimento social, ambiental e ético, são a porta de entrada de um integral desenvolvimento sustentável no presente e com possibilidades de futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BILBENY, Norbert. *Ecoética. Ética del medio ambiente*. Aresta, Barcelona, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

JONAS, Hans. *O Princípio Vida. Fundamentos para uma biologia filosófica*. Petrópolis, Vozes, 2004.

LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura. A territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis, Vozes, 2009.

MARQUES, Luis. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas, SP, UNICAMP, 2015.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. *Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*. <http://hdr.undp.org>

ROMANO, J. O. y ANTUNES, M. “Empoderamento e direitos no combate á pobreza”. *Action Aid-Brasil*, Rio de Janeiro, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras, São Paulo, 2000. Versión española: *Desarrollo como Libertad*, Planeta, Barcelona, 2000.